



ABANDONO E MAUS TRATOS AOS ANIMAIS: uma abordagem profissional

ABANDONMENT AND BAD ANIMAL TREATMENT: A professional approach

Bruna Colares Alegro¹
Jaqueline Roberta Cardoso Santos¹
Thais Helena Carvalho Correa¹
Débora Alves Silva¹
Elaine Santana Gonçalves²
Matheus Hernandes Leira³
Elizângela Guedes⁴

A responsabilidade da Medicina Veterinária em contribuir para a promoção do bem-estar e no combate aos maus tratos e abandono aos animais é cada vez maior, uma vez que a relação entre homens e animais vem sofrendo modificações. Este tema repercute, atualmente, em alterações jurídicas direcionadas à maior proteção animal e ao crescente número de ONG's e voluntários relacionados a esta causa. Há um aumento da população de animais domesticados, considerados pelos tutores como membros da família, exigindo grande demanda de cuidados e atenção por parte dos profissionais. O presente estudo objetivou a realização de uma análise sobre a percepção dos médicos veterinários atuantes nos municípios de Varginha e Paraguaçu (MG) sobre os temas abandono, maus tratos e bem-estar animal, além de questões éticas profissionais, de forma a avaliar seus conhecimentos e concepções. No total, 44 médicos veterinários (24 da área de pequenos animais e 20 da área de produção animal) foram entrevistados utilizando-se um questionário semiestruturado. Dos entrevistados, 87% dos profissionais apontaram já ter observado sinais de maus tratos em seus pacientes e 87% relataram contribuir de alguma forma com a questão animal. O conhecimento sobre os conceitos de bem-estar animal entre profissionais da região revelou-se satisfatório, contudo, há necessidade de uma maior conscientização dos profissionais sobre os aspectos legais e seu papel na conscientização dos tutores com relação aos maus tratos, além de seu engajamento voluntário à causa animal.

Palavras-chave: Animal. Bem-estar. Ética.

ABSTRACT

The responsibility of Veterinary Medicine to contribute to the promotion of welfare and the fight against mistreatment and abandonment of animals is increasing, since the relationship between men and animals has been undergoing changes. This issue has repercussions, currently, on legal changes aimed at greater animal protection and the growing number of NGOs and volunteers related to this cause. There is an increase in the population of pets which demand a great care and attention from the professionals who attend the pets. The present study aimed to analyze the perception of veterinarians working in the municipalities of Varginha and Paraguaçu (MG) on the themes of neglect, maltreatment and animal welfare, as well as professional ethical questions, in order to evaluate their knowledge and conceptions. In total,

¹Graduandas do curso de Medicina Veterinária do UNIS-MG.

²Mestranda em Reprodução, Sanidade e Bem-estar Animal, UNIFENAS-MG. Email:elainesantanagoncalves@gmail.com

³Doutor em Ciências Veterinárias pela UFLA-Lavras-MG. Email: matheushernandes@uol.com.br

⁴Professora Doutora do curso de Medicina Veterinária do UNIS/Varginha-MG. E-mail:elizangela.guedes@professor.unis.edu.br

44 veterinarians (24 from the small animal area and 20 from the animal production area) were interviewed using a semi-structured questionnaire. Of those interviewed, 87% of the professionals reported having observed signs of ill-treatment in their patients and 87% reported contributing in some way to the animal question. Knowledge about the concepts of animal welfare among professionals in the region has proved to be satisfactory, however, there is a need for greater awareness among professionals about the legal aspects and their role in raising tutors' awareness of ill-treatment, as well as their engagement animal cause.

Keywords: Animal. Welfare. Ethic. Veterinary Medicine. Pet.

1. Introdução

Atualmente, questões como abandono, maus tratos e Bem-Estar Animal (BEA) têm sido alvo de grande discussão. A sociedade vem mudando conceitos e, conseqüentemente, sua conduta e posicionamento em relação a estes temas, o que, inclusive, repercute em alterações jurídicas direcionadas à maior proteção animal e ao crescente número de ONG's e voluntários relacionados à causa. Em consonância com essa mudança, é nítido e expressivo o aumento da população de animais domesticados, sendo estes muitas vezes considerados pelos tutores como membros da família, exigindo grande demanda de cuidados e atenção por parte dos profissionais. Diante disso, pressupõe-se que o profissional mais capacitado do mercado seja o médico veterinário. Contudo, não é raro encontrar deficiências na formação acadêmica de tais profissionais no que se refere ao comportamento animal e ao BEA, deixando lacunas nesta área do conhecimento (TORRES, 2017).

Segundo o Faraco (2014), o ensino de BEA durante muito tempo não foi considerado como conteúdo essencial na grade curricular da maioria das instituições, sendo oferecido como conteúdo opcional ou com uma abordagem pontual. Como consequência, muitos profissionais ainda interpretam o BEA como filosofia, uma ação protecionista ou apenas uma área de dedicação profissional, não a considerando como uma ciência indispensável à profissão.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi desenvolver uma pesquisa por meio de um levantamento de dados sobre a percepção dos médicos veterinários quanto às questões que envolvem maus tratos, abandono e BEA, bem como questões éticas.

2. Metodologia

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo, de caráter qualitativo e quantitativo, com coleta de dados e de uma entrevista semi-estruturada, a fim de se obter dados sobre os temas maus tratos, abandono de animais e bem-estar animal, além de questões éticas, nas cidades de Varginha e Paraguaçu, municípios de Minas Gerais, durante o mês de

abril de 2017.

Foram entrevistados 44 médicos veterinários, divididos em profissionais especializados em atendimento de animais domésticos, no total de 24 entrevistados, e de animais de produção, no total de 20. As perguntas foram voltadas para a obtenção de constatações clínicas, bem como a visão particular de cada entrevistado. A análise de dados foi realizada por meio de software IBM SPSS® e Online Charts®.

3. Resultados e discussões

Na Tabela 1 estão apresentados os dados obtidos dos 44 médicos veterinários entrevistados. Inicialmente, buscou-se conhecer sobre a percepção e grau de engajamento no que se refere aos animais não domiciliados (conhecidos, corriqueiramente, como animais abandonados). Quando indagados sobre as possíveis soluções para sanar a superpopulação de animais não domiciliados, a esterilização dos animais foi apresentada como a mais adequada (44%), seguida pelo recolhimento dos animais pelos centros de controle de zoonoses (CCZ) municipais (22%). Outra alternativa apresentada foi a adoção da prática do chamado animais comunitários (13%). O emprego de mutirão de castração foi altamente mencionado, sendo considerada pelos entrevistados como uma solução eficaz e barata no controle da população de cães e gatos. Nesse sentido, a participação dos profissionais em tais projetos foi considerada essencial para que um número maior de animais seja atendido.

Entretanto, quando questionados sobre a sua real participação voluntária em mutirões de castração, 57% dos profissionais relataram que teriam interesse em participar e 39% negaram participação, fato que chama a atenção uma vez que a castração em massa foi apontada pela maioria dos entrevistados como a mais viável. Dados levantados por outros autores demonstram que campanhas de castração em massa apresentam boa aceitação entre a população, além de ser uma efetiva forma de controle populacional de animais (BARBOSA et al., 2016; MORAES et al., 2017; KASTER et al., 2017).

Quando questionados especificamente sobre o recolhimento de animais não domiciliados por órgãos públicos, 70% dos entrevistados são favoráveis e 30% não favoráveis. Verificou-se ainda que, entre os profissionais entrevistados, prevalece o argumento de que os animais sem os devidos cuidados podem representar um risco social, inclusive transmitindo doenças à população.

Com relação à atuação em causas sociais, a maior parcela dos entrevistados (87%) relatou contribuir de alguma forma com a questão animal, seja oferecendo descontos para

determinadas condições (70%) ou participando voluntariamente de ONG's (17%). Dos entrevistados, 13% disseram não realizar trabalho voluntário ou colaboração de qualquer natureza. Embora o papel das ONGs seja reconhecido e a própria legislação legitimar a atuação voluntária do médico veterinário nessas instituições, verifica-se que a grande parcela dos profissionais opta pela prestação de serviços por valores abaixo dos usualmente praticados.

Tabela 1. Percentual de respostas obtidas entre os 44 médicos veterinários entrevistados das cidades de Varginha e Paraguaçu (MG).

Perguntas do questionário	Respostas			
Quais as possíveis soluções para sanar a superpopulação de animais não domiciliados?	44% esterilização	22% CCZs*	13% Animais comunitários	21% não souberam/quiseram opinar
Participa ou participaria voluntariamente de mutirões de castração?	57% sim	39% não		4% não souberam/quiseram opinar
Você é a favor do recolhimento de animais de rua por órgãos públicos?	70% sim	30% não		
Qual sua atuação em causas sociais?	70% desconto em serviços	17% participação em ONG's		13% não é voluntário
Já constatou sinais de maus tratos durante atendimento?	87% sim	9% não		4% não souberam/quiseram opinar
Qual a sua primeira conduta quando observa sinais de maus tratos?	83% conversa com o tutor	4% denúncia	4% nada faz	9% não souberam/quiseram opinar
Prosseguiria com o procedimento de castração em fêmeas quando do diagnóstico de gestação?	39% sim	35% não	22% não sei como reagir	4% não souberam/quiseram opinar
Você é a favor da eutanásia em animais?	80% sim	16% não		4% não souberam/quiseram opinar
Você é contra a produção animal intensiva?	50% sim	45% não		5% não souberam/quiseram opinar
Você é a favor da utilização de promotores de crescimento na produção?	85% não	15% sim		
Você é a favor da utilização de animais no transporte turístico?	60% não	40% sim		

* CCZ: Centro de Controle de Zoonoses

Vale ressaltar que a prestação de serviços a preços abaixo do praticado ou até mesmo de forma gratuita, embora ainda discutível no meio profissional, é amparada pela Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária N° 722 de 16 de agosto de 2002 desde que

voltadas para casos de utilidade pública ou como parte de atividades de ensino e pesquisa (CRMV-SP, 2016).

Sobre a temática de maus tratos, 87% dos profissionais apontaram já ter observado sinais de maus tratos em seus pacientes, enquanto 9% disseram nunca ter tido esta constatação. Com relação às atitudes consideradas adequadas, quando da constatação de maus tratos, há predomínio do entendimento entre os profissionais de que a conversa com o tutor deva ser a primeira conduta (83%), enquanto uma pequena parcela (4%) considera a denúncia como primeira opção, mas com a ressalva de efetuar a denúncia em casos extremos. Dos entrevistados, 4% relataram não tomar providência. Foi observado que a ocorrência de maus tratos é comum até mesmo para os animais que possuem tutores, entretanto, ainda há certa relutância dos profissionais em realizar denúncia às entidades e poder público observar que, no exercício da profissão o médico veterinário se depara com indícios de que seu paciente foi alvo de maus-tratos, entretanto há ainda relutância desses profissionais em efetuar denúncias, seja pela falta de conhecimento da legislação como para evitar qualquer comprometimento na relação com o cliente. Cabe ressaltar que a Resolução nº1.138, de 16 de dezembro de 2016 (Código de Ética do Médico veterinário) e a Resolução nº 1.236, de 26 de outubro de 2018 regulamentam a conduta do médico veterinário em relação à constatação de crueldade, abuso e maus-tratos aos animais, ressaltando a importância e o dever dos profissionais denunciarem.

Algumas questões éticas também foram abordadas no questionário a fim de conhecer a percepção do médico veterinário sobre a sua atuação profissional. O primeiro questionamento foi em relação à hipótese de prosseguir com o procedimento de esterilização em fêmeas quando do diagnóstico de gestação, sendo 39% confirmaram que prosseguiriam com o procedimento, com o intuito de promover controle populacional; 35% disseram que não continuariam, pois são vidas em que não se pode intervir; e 22% disseram que não saberiam como reagir diante do fato. O resultado demonstra não haver um consenso entre os profissionais sobre qual seria o procedimento mais adequado nesta situação, o que talvez seja explicado por questões éticas, já que com a realização do procedimento há comprometimento fetal.

Quando questionados sobre a técnica de eutanásia, 80% dos entrevistados concordam com a sua realização em casos específicos tais como para cães não domiciliados, doenças contagiosas (como a leishmaniose e a cinomose), e em caso de doenças terminais; 16% são contrários a essa prática e 4% não souberam opinar. Entre os favoráveis à técnica, prevaleceu o argumento da amenização do sofrimento animal e também como método de

controle e erradicação de doenças dos animais e das zoonoses. Embora ainda polêmica, a eutanásia é uma prática aceita entre os profissionais veterinários. Embora seja cada vez maior o número de proprietários que procuram tratamentos intensivos para os seus animais, a prática da eutanásia deve ser considerada como uma alternativa terapêutica necessária tomando como base à sobrevida, prognóstico da doença e qualidade de vida do animal, sendo de responsabilidade do clínico participar na decisão sobre a sua realização (PULZ et al., 2011; BOTONI et al., 2012). Botoni et al. (2012) sugerem que o procedimento, apesar de nos últimos anos ter sua nomenclatura abrandada, ainda não é bem aceita, contudo possui aceitação entre as instituições de proteção aos animais. Ainda, a técnica pode ser considerada onerosa para os órgãos públicos, quando realizada em conformidade com a legislação e com o objetivo único do controle populacional.

Ainda, com relação à produção animal intensiva, 50% dos entrevistados consideraram-se contrários a esta atividade alegando acreditarem haver maus tratos aos animais, se contrapondo aos 45% favoráveis. Dentre os favoráveis, 35% entendem que a produção intensiva tem menor custo e a produção é maior e 10% justificam a maior lucratividade deste modo de produção, e 5% não opinaram. Quando indagados sobre a utilização de promotores de crescimento na produção, 85% dos entrevistados declararam contrários ao uso de anabolizantes por alegarem a existência de maus tratos neste tipo de prática, sendo prejudicial ao próprio animal e também apresentar risco ao ser humano. Tais dados ressaltam a importância de maior conscientização dos profissionais sobre as práticas de bem-estar animal na produção. Segundo FRANCHI et al. (2012), esta falta de conhecimento da sociedade com relação aos animais de produção tem sido um fator limitante para a implantação do conceito de BEA aplicado a esta categoria animal. Tais dados ressaltam a importância de maior conscientização dos profissionais sobre as práticas de BEA bem-estar animal na produção.

Quanto à utilização de animais de grande porte no transporte turístico, 60% dos entrevistados consideraram-se contrários a esta atividade, alegando que acreditam haver maus tratos. Em contrapartida, 40% são favoráveis à utilização, defendendo a atividade como uma forma de sustento familiar. Diversos levantamentos sugerem a ocorrência de alterações em equídeos utilizados para tração, decorrentes do manejo inadequado e da alta carga de trabalho diária familiar. Muitos apresentam alterações no sistema locomotor tais como fadiga muscular, lesão por material perfuro-cortante, doenças articulares, fraturas e alterações do casco, além de falhas no controle de endo e ectoparasitas e no manejo alimentar (OLIVEIRA et al., 2007; REZENDE et al., 2013). Assim, é fundamental a atuação do médico veterinário tanto na

conscientização como no auxílio técnico sobre manejo e bem-estar animal à população.

3. Considerações finais

O conhecimento sobre os conceitos de bem-estar animal entre profissionais da região revelou-se satisfatório, contudo, observou-se a necessidade de uma maior conscientização sobre os aspectos legais e seu papel na conscientização dos tutores com relação aos maus tratos, além de seu engajamento voluntário à causa animal. Também se faz necessário uma maior ampliação das diretrizes de bem-estar na produção animal.

Alguns temas ainda seguem sem um consenso entre a classe médica veterinária, principalmente quando esbarram nas questões éticas individuais, apelo popular e crenças religiosas, fazendo-se necessário a criação de um maior espaço para discussões e quebras de paradigmas.

4. Referências

BARBOSA, E. E.; FREITAS, V. V. et al. Mutirão de castração do programa de extensão “adote um vira-lata” (UFPE/Recife): avaliação dos tutores participantes entre 2013-2014. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 71-71, 2016.

BOTONI, L. S.; VEADO, J. C. C.; VAL, A. P. C. Distanásia ou eutanásia: quando você colocaria o ponto final? Medvop. **Revista Científica de Medicina Veterinária – Pequenos Animais e Animais de Estimação**, v.10, n.32, p.108-111, 2012.

CALHAU, L. B. **Meio Ambiente e Tutela Penal nos Maus Tratos contra Animais**. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, Edição 4, mar./abr. 2005.

CRMV-SP. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo. **Informativo do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo. Atendimento gratuito: como eu posso fazer?** In: Coluna Perspectivas. Informativo N° 61, Ano XXII, 2016.

FARACO, C. B. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/8080/dspace/bitstream/10923/4831/1/000400810-Texto%20Completo-0.pdf>> Acesso em: 25 mar.

FRANCHI, G. A. et al. Percepção do mercado consumidor de Piracicaba em relação ao bem-estar dos animais de produção. **PUBVET**, v. 6, n. 11, ed. 198, art. 1325, 2012.

KASTER, G. F.; MADRID, I. M.; SOUZA NETO, F. M.. Ações de controle populacional canino e felino no município de pelotas, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de**

Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 77-78, 2017.

MORAES, J. E. C. et al. A castração como um dos recursos disponíveis para o manejo populacional de cães e gatos com resultados positivos em Jaguariúna, Estado de São Paulo, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 56-56, 2017.

OLIVEIRA, M. L.; MARQUES, R. L.; NUNES, C. H.; CUNHA, A. M. O. et al. Carroceiros e equídeos de tração: Um problema sócio-ambiental. **Caminhos da Geografia**, v. 8, n.24, p.204-216, 2007.

PULZ, R. R.; SILVANO S. et al. A eutanásia no exercício da Medicina Veterinária: aspectos psicológicos. **Veterinária em Foco**, v. 9, n. 1, 2014.

REZENDE, M. P. G.; RAMIRES, G. G.; SOUZA, J. C. Equinos utilizados para tração de carroças em Aquidauana (MS) estão aptos para tal finalidade? **Agrarian**, v. 6, n. 22, p. 505-513, 2013.

TORRES, C. M. **Discernimento sobre bem-estar de cães e gatos na comunidade de médicos veterinários e de tutores da cidade de João Pessoa – PB**. 2017, 34p.